

**PARA APROVAÇÃO****ATA DA 24ª REUNIÃO DO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO**

LOCAL: Microsoft Teams	DATA: 26 de maio de 2022
DURAÇÃO: das 15hs às 16:30 hs	

Estiveram presentes os seguintes membros do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção (CTPCC), nos termos do Decreto nº 9.468/2018:

1) Representantes do Poder Público:

1.1) **Wagner Rosário**, Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União e Presidente do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção - CTPCC; 1.2) **José Marcelo Castro de Carvalho**, Secretário Executivo da Controladoria-Geral da União e Presidente Substituto do CTPCC; 1.3) **Henrique Barros Pereira Ramos**, Secretário-Especial Adjunto da Casa Civil da Presidência da República, membro titular no CTPCC; 1.4) **Ronaldo Alves Nogueira**, Assessor da Secretaria Especial de Relações Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, membro suplente no CTPCC; 1.5) **Antonio Carlos Vasconcellos Nóbrega**, Presidente da Comissão de Ética Pública, membro titular no CTPCC; 1.6) **Carlos Augusto Moreira Araújo**, Ouvidor do Ministério da Economia, membro titular no CTPCC; 1.7) **Felipe Uchoa dos Santos**, Ouvidor-Geral do Ministério da Justiça e Segurança Pública, membro titular no CTPCC; 1.8) **Alexandre Gomide Lemos**, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Educação, membro suplente no CTPCC.

2) Representantes da Sociedade Civil:

2.1) **Fernanda Campagnucci Pereira**, Diretora-executiva da Open Knowledge Brasil, membro titular no CTPCC; 2.2) **Manoel Galdino Pereira Neto**, Diretor Executivo da Transparência Brasil, membro titular no CTPCC; 2.3) **Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda**, Presidente do Conaci - Gestão 22/23, membro titular do CTPCC; 2.4) **Pablo Silva Cesário**, Gerente Executivo de Relacionamento com o Poder Executivo da Confederação Nacional da Indústria, membro titular do CTPCC; 2.5) **Paula Chies Schommer**, Líder do Grupo de Pesquisa Politeia – Coprodução do Bem Público: Accountability e Gestão, membro titular do CTPCC; 2.6) **Fabiano Maury Raupp**, Professor de Ensino Superior – UDESC, Grupo de Pesquisa Politeia – Coprodução do Bem Público: Accountability e Gestão, membro suplente do CTPCC.

O IBPT - Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação foi representado por **Priscila Dias**.

Participaram na condição de apoio técnico e administrativo do CTPCC, nos termos do §2º do Artigo 11 do Decreto nº 9.468/2018: o Secretário de Transparência e Prevenção da Corrupção, **Roberto César de Oliveira Viegas**, e **Maria de Fátima Rezende**, Assessora Técnica da STPC, que redigiu esta Ata de Reunião.



Participaram na condição de convidados: Milena Luz Barbosa - CGU/SE; Priscila Bermudes Moraes Coradi - CGU-SCC; Breno Barbosa Cerqueira Alves - CGU/DTC; Marcio Denys Pessanha Gonçalves - CGU/DPC; e Simone Saad Calil - CGU/STPC

Abertura da reunião.

A reunião foi conduzida por Wagner Rosário, Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União (CGU) e Presidente do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção (CTPCC) e por Roberto César de Oliveira Viegas, Secretário de Transparência e Prevenção da Corrupção.

O Ministro da CGU e o Secretário de Transparência e Prevenção da Corrupção deram as boas-vindas a todos e apresentaram as novas organizações que são membros do CTPCC, resultado do processo de seleção para entidades de organizações da sociedade civil realizado conforme editais nº 71/2021 e nº 05/2022.

Ministro ressaltou que o CTPCC é um espaço importante para discussão de matérias referentes ao Combate da Corrupção, Transparência e Prevenção da Corrupção. Espaço onde podem ser construídos aspectos positivos na luta contra corrupção. Ressaltou que a CGU tem vários projetos no Plano anticorrupção do Governo Federal - <https://www.gov.br/cgu/pt-br/anticorruptcao> do qual podem ser tirados assuntos a serem desenvolvidos no âmbito do CTPCC.

Destacou que um dos itens da pauta é o Plano de Trabalho 2022 2023 que será construído em um processo de participação e de priorização de projeto e ideias que venham a contribuir para a transparência e o combate à corrupção.

O Secretário Executivo deu as boas-vindas e todos os membros presentes do CTPCC se apresentaram.

Objetivando dar conhecimento aos novos membros dos trabalhos realizados anteriormente pelo Conselho, foi informado que as atas e pautas das reuniões do CTPCC estão publicadas em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/transparencia-publica/conselho-da-transparencia/documentos-de-reunioes>

Manoel Galdino da Transparência Brasil solicitou ao Ministro da CGU que falasse sobre o Projeto de Lei de regulação do Lobby, especialmente sobre a possibilidade de ele ser aprovado.

Ministro ressaltou que o Plano anticorrupção construído sob a ótica de detecção, sanção e prevenção, contemplou, dentre 153 ações, encaminhar ao Congresso um PL de regulação do Lobby (representação privada de interesses realizada por pessoas naturais ou jurídicas junto a agentes públicos). Assim, em dezembro de 2021 foi enviado ao Congresso o projeto de lei 4.391/21 - <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2311923>.

O PL foi construído, dentre outros aspectos, a partir das recomendações da OCDE para o assunto, com destaque para integridade e transparência e procurando diferenciar reunião e audiência. Foi publicado, também, o [Decreto nº 10.889, de 9 de dezembro de 2021](#), que tem por objetivo fortalecer



as ações de integridade no âmbito do Poder Executivo federal dando maior transparência às relações de representação privada de interesses que ocorrem no Governo Federal. Assim, o que se propôs no PL já está começando a ser implementado no Poder Executivo Federal. O Ministro informou que, pelas informações que ele tem e diversas reuniões realizadas sobre o tema, o andamento ao PL está indo bem.

Desenvolvimento da pauta:**Elaboração do Regimento Interno do CTPCC**

Roberto, Secretário de Transparência e Prevenção da Corrupção, informou que a STPCC, exercendo o papel de Secretaria Executiva do CTPCC, encaminhará por e-mail uma proposta de regimento a todos os membros do CTPCC para contribuições e, ao final, publicação de um novo regimento.

Metodologia para elaboração do Plano de trabalho 2022-2023

A metodologia proposta pela STPC/CGU para elaboração do Plano de Trabalho 2022-2023 do CTPCC prevê as seguintes fases:

- Construção do Plano: definição e priorização de temas, iniciativas, formas de atuação, produtos esperados, ações essenciais (verificáveis e mensuráveis) para o cumprimento da iniciativa, responsáveis e período de atuação (data início/data fim);
- Aprovação do Plano; e
- Publicação do Plano pelo Presidente do CTPCC.

Calendário proposto	Data limite
Elaboração de temas e iniciativas	10/06/2022
Definição e priorização dos temas e iniciativas	17/06/2022
Definição dos responsáveis	24/06/2022
Construção das informações finais dos temas/iniciativas para a consolidação do Plano	22/07/2022
Consolidação do Plano para aprovação	05/08/2022
Aprovação do Plano pelos representantes do CTPCC	12/08/2022
Publicação da Resolução pelo Presidente do CTPCC aprovando o Plano	05/09/2022

O Secretário e os Diretores da STPC falaram, resumidamente, sobre os temas sugeridos pela Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção para compor o Plano, quais sejam:

1. Inclusão da Sociedade Civil na elaboração e implantação dos Planos de Ação do Programa Time Brasil
2. Impactos da LGPD na Política de Transparência
3. Regras para proteção dos solicitantes de informação.
4. Enfrentamento da corrupção e da impunidade



O Secretário e os diretores presentes da STPC explicaram os trabalhos já realizados pela CGU sobre os temas acima e a expectativa da participação dos membros do CTPCC nos temas propostos, pensando como ampliar futuramente a atuação nestes temas em várias perspectivas (uma co-criação).

O Secretário registrou que os representantes do Ethos não puderam participar da reunião e mandaram, por email, algumas sugestões de temas que, posteriormente, devem ser incorporadas às demais que serão encaminhadas pelos demais membros do CTPCC.

Paula Chies, do Grupo de Pesquisa Politeia, compartilhou um texto sobre governo aberto que menciona o Time Brasil e o processo de abertura de governos: <https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/os-catalisadores-do-governo-aberto-no-brasil-podem-ser-cruciais-em-2022-e-adiante/>

Pablo Silva Cesário, CNI, ressaltou que os trabalhos anteriores do CTPCC precisam ser estudados. Fez destaque à comparação nacional da Lei de proteção aos denunciantes que apresentou, inclusive um conjunto de pontos que ficaram pendentes e que merecem ser trabalhados neste novo plano.

Pablo destacou, ainda, que uma preocupação atual é sobre a transição de pessoas que saem do serviço público e vão atuar na iniciativa privada, inclusive nos poderes (legislativo e judiciário). A circulação tem de existir, mas precisa ser estudada e revista, com destaque para a assimetria de acesso.

Marcio Denys, STPC/CGU, ressaltou que estas preocupações da CNI estão no escopo dos trabalhos da CGU, principalmente na execução da Ação CGU 11 do Plano Anticorrupção que tem por objeto a nova regulamentação sobre prevenção e detecção de conflito de interesses. O tema é bastante interessante para ser discutido no CTPCC. Antônio, da Comissão de Ética, ressaltou a importância de um PL nacional sobre o tema.

Galdino, da Transparência Brasil, informou que a Rede de Advocacy Colaborativo, da qual faz parte, fez uma análise sobre o PL de regulamentação do Lobby (4391/2021). Entende que no geral é bom, mas foram registrados pontos de aperfeiçoamento em uma Nota, que será encaminhada aos demais membros do CTPCC. Propôs marcar uma reunião específica do CTPCC para discutir o assunto, proposta acatada pelo Ministro da CGU.

A Secretaria Executiva do CTPCC tomará providências para dar andamento à elaboração do plano e demais encaminhamentos decorrentes desta 24ª reunião. Para tanto, serão enviadas mensagens eletrônicas a todos os membros solicitando, em cada etapa, as informações necessárias para a construção do Plano.

A presente ata foi aprovada pelos integrantes do Conselho, mediante disponibilização de versão preliminar por mensagem eletrônica.